

REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

O debate curricular no contexto da Educação Infantil: uma análise a partir das produções da ANPED nacionalThe curricular debate in the context of Early Childhood Education:
an analysis based on national ANPED productionsEl debate curricular en el contexto de la Educación Infantil: un
análisis a partir de las producciones de la ANPED nacionalKênia Kristina Furtado
Anésia Maria Martins Furtado
Sara Duarte Souto-Maior
Alba Regina Battisti de Souza**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo compreender como as questões sobre o currículo da Educação Infantil têm sido abordadas nas publicações das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), no recorte temporal de 2009 a 2021. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico, de caráter exploratório e de cunho qualitativo. Foi realizado um levantamento dos trabalhos, resultando em 29 artigos selecionados para análise, por meio das categorias: especificidade da Educação Infantil; culturas infantis; passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental; formação docente; e BNCC. Foi possível identificar nas ausências constatadas as possibilidades para futuras pesquisas.

Palavras-chave: currículo; Educação Infantil; ANPED.

ABSTRACT

This article aims to understand whether the Early Childhood Education curriculum has been an issue in academic productions published at ANPEd National Meetings, in the time frame from 2009 to 2022, and which issues are articulated in these productions. The survey of works, of a qualitative nature, used exploratory theoretical-bibliographical studies, resulting in 29 articles analyzed. The findings are organized into the categories: specificity of Early Childhood Education; children's cultures; transition from Early Childhood Education to Elementary Education; teacher training; and BNCC. The absences noted in this analysis are suggestions for future research.

Keywords: curriculum; Childhood Education; ANPED.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender si el currículo de Educación Infantil ha sido una cuestión en las producciones académicas publicadas en los Encuentros Nacionales de la ANPEd, en el período de 2009 a 2022, y qué cuestiones se articulan en esas producciones. El levantamiento de trabajos, de carácter cualitativo, utilizó estudios teórico-bibliográficos exploratorios, resultando en 29 artículos analizados. Los hallazgos se organizan en las categorías: especificidad de la Educación Infantil; culturas infantiles; transición de la Educación Infantil a la Educación Primaria; formación de docentes; y BNCC. Las ausencias observadas en este análisis son sugerencias para futuras investigaciones.

Palabras-clave: currículum; Educación Infantil; ANPED.

Palavras iniciais

O presente artigo é resultado de trabalhos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), articulado ao grupo de pesquisa Didática e Formação Docente (NAPE), tendo como objeto de estudo o Currículo no contexto da Educação Infantil.

A Educação Infantil vem se afirmando enquanto primeira etapa da Educação Básica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996). Para isso, se faz necessário reiterar alguns posicionamentos no sentido de superar as marcas iniciais fundamentadas nas características médicas, higienistas e assistencialistas como destacam Cerisara (1996), Kramer (2005) e Kuhlmann Jr. (2001), de maneira a desmistificar o trabalho realizado para além dos cuidados de maternagem ou de preparação para a etapa seguinte.

Considerando o Parecer CNE/CEB n. 20/2009, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), reconhecemos o Currículo na/da Educação Infantil enquanto “práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças” (Brasil, 2009, p. 6).

Compreendemos que o currículo na/da Educação Infantil se constitui na afirmação de características próprias e identitárias de práticas docentes que mobilizam as especificidades do trabalho pedagógico em espaços

institucionalizados, entendendo a criança como sujeito de direitos que deve ser reconhecida e valorizada em suas singularidades. Portanto, um currículo que expresse nossa responsabilidade e compromisso social perante as leis e as políticas já estabelecidas e conquistadas, mas que ainda precisam ser reafirmadas para o enfrentamento e a superação de práticas meramente higienistas, adultocêntricas e/ou escolarizantes.

Assim, torna-se necessário problematizar o currículo na/da Educação Infantil considerando alguns aspectos históricos, instituidores de culturas pedagógicas, a fim de compreender como se estrutura o debate curricular na área. As publicações apresentadas nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) demonstram como alguns temas têm permeado as pesquisas em educação no país, principalmente no âmbito da pós-graduação, sinalizando tendências, abordagens e até mesmo ausências.

As perguntas que mobilizam este estudo são: quais discussões estão presentes nas produções bibliográficas publicadas na ANPED sobre o currículo na/da Educação Infantil? E quais discussões estão ausentes? A partir desses questionamentos nos interessa saber de que forma o currículo na/da Educação Infantil tem sido pautado nos debates e quais problemáticas são articuladas nos discursos curriculares.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, tratamos dos processos metodológicos e apresentamos as informações mais gerais a partir da incidência dos termos pesquisados. Na segunda parte, detalhamos as discussões presentes nos trabalhos selecionados sobre o currículo na/da Educação Infantil, sinalizando aspectos mais recorrentes e com maior visibilidade entre os anos de 2009 e 2021. E, nas considerações finais, destacamos algumas lacunas encontradas nos estudos, desdobradas do objetivo deste artigo, bem como nossos anseios futuros decorrentes da temática.

Procedimentos metodológicos: definindo o recorte de estudo

A pesquisa, de cunho qualitativo, utiliza-se do estudo teórico-bibliográfico do tipo exploratório, visando a familiarização das pesquisadoras com o objeto de investigação. Neste sentido, optou-se pela construção de um levantamento bibliográfico que se aproximasse de um “estado do conhecimento” e em um

período determinado, no sentido de, conforme define André (2009, p. 43), “revelar temáticas e metodologias priorizadas pelos pesquisadores, fornecendo importantes elementos para aperfeiçoar a pesquisa num determinado campo de saber”.

Sob essa ótica, para uma reflexão e síntese sobre a produção científica acerca da temática do currículo na/da Educação Infantil, adotamos como corpus documental a plataforma digital da ANPED que tem 23 grupos de trabalhos (GT) articulando pesquisadores, artigos e projetos de pesquisas por áreas ou campos de conhecimento. Devido a grande quantidade de artigos disponíveis na plataforma, realizamos a busca no “GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos”, no “GT 12 - Currículo”, e no “GT 08 - Formação de Professores”.

Como recorte temporal, iniciamos em 2009, ano que demarca a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, até o ano de 2021. Neste período, a ANPEd realizou nove reuniões nacionais.

A busca foi realizada de forma “artesanal e tecnológica”, acessando os anais das reuniões nacionais, especificamente a página relativa a cada um dos três GT, estabelecendo como estratégia de procura o uso dos descritores “Currículo” e “Educação Infantil” e expandindo para outros termos ou incluindo algumas variações terminológicas conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 – Descritores e suas variações terminológicas para a análise

Descritores	Variações terminológicas
Currículo	Currículo, curricular, curriculares Proposta político-pedagógica Proposta(s) pedagógica(s) Proposta(s) educativa(s) (o-pedagógica) Projeto educacional (pedagógico) Projeto Político Pedagógico (PPP) Projeto (de formação) (formativo)
Educação Infantil	Educação Infantil Primeira etapa da Educação Básica Creche Pré escola

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Nas reuniões nacionais de 2009 até 2020, a busca pelos descritores foi feita nos títulos, resumos e palavras-chaves, usando-se a ferramenta de localização “Ctrl+F”. Já na Reunião Nacional de 2021 os trabalhos foram todos

publicados em formato de resumo expandido e, portanto, a busca considerou o texto inteiro.

Do total de 631 artigos encontrados nos três GT, entre 2009 e 2021, 265 artigos continham o descritor “Currículo” (e/ou suas variações) e 191 artigos continham o descritor “Educação Infantil” (e/ou suas variações). Reconhecendo o currículo e a Educação Infantil como termos centrais neste levantamento bibliográfico, selecionamos somente os artigos que continham os dois descritores simultaneamente. A aplicação deste critério resultou em 29 artigos conforme relacionados no Quadro 2.

Quadro 2 – Trabalhos com ocorrência simultânea dos descritores “currículo” e “Educação Infantil” nos GT07, GT08 e GT12 entre 2009 e 2021

Nº	Título	Autor(es)	Ano	GT	Descritores ¹
01	Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil	Verena Wiggers	2009	07	Currículo (27) Educação Infantil (104)
02	Educação de crianças, docência e processos de subjetivação	Maria Isabel Edelweiss Bujes	2009	07	Currículo (37) Educação Infantil (17)
03	Relações sociais e Educação Infantil: percursos, conceitos e relações de adultos e crianças	Altino José Martins Filho Lourival José Martins Filho	2009	07	Currículo (3) Educação Infantil (29)
04	Educação da pequena infância: um olhar sobre a formação docente	Moema de Albuquerque Kiehn	2009	07	Currículo (49) Educação Infantil (55)
05	O currículo por projetos na educação infantil: sobre as negociações, traduções e burlas	Kelen Antunes Lyrio	2010	12	Currículo (51) Educação infantil (5)
06	Educação infantil, infância e cidadania	Isabel Cristina de Andrade Lima e Silva	2011	07	Currículo (8) Educação infantil (25)
07	A rotina do currículo na educação infantil. E a potência do ritmo?	Maritza Maciel Castrillon Maldonado	2011	12	Currículo (6) Educação infantil (29)
08	“Caos calmo”: (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira	Fabiana Oliveira Canaveira	2012	07	Currículo (18) Educação infantil (66)
09	Proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da	Edinéia Castilho Ribeiro	2015	07	Currículo (101) Educação infantil (45)

¹ As variações terminológicas estão embutidas nos descritores principais.

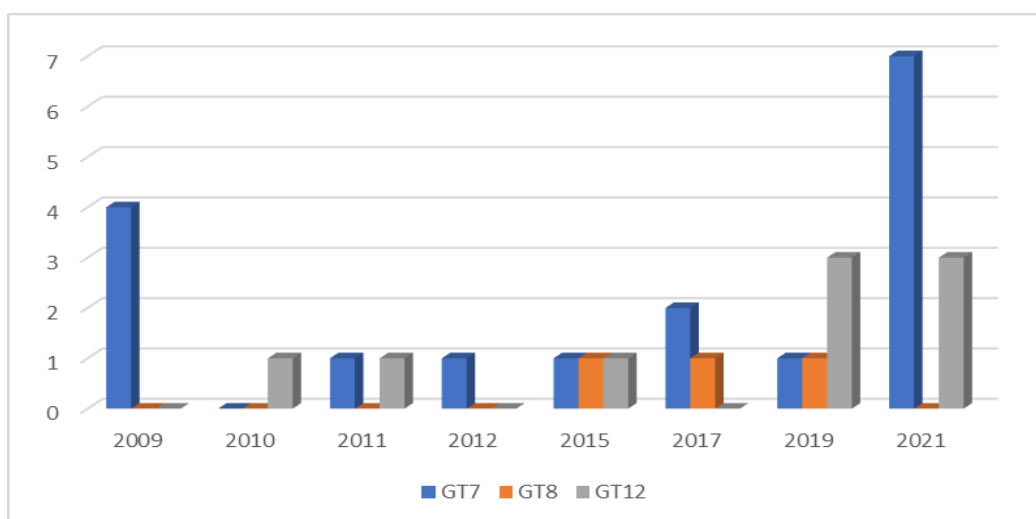
	educação infantil ao ensino fundamental				
10	Histórias e memórias docentes na Amazônia paraense: o cenário da formação do professor de Educação Infantil	Maria do Socorro Castro Hage e Marina Graziela Feldmann	2015	08	Currículo (5) Educação infantil (37)
11	Escolarização, infância e direito: corte etário como questão para o currículo?	Rosalva de Cássia Rita Drummond	2015	12	Currículo (60) Educação infantil (41)
12	Datas comemorativas – uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil	Marta Nidia Varella Gomes Maia	2017	07	Currículo (47) Educação infantil (47)
13	Regulação da política pública de Educação Infantil em Belo Horizonte: reflexões sobre a proposta curricular	Mércia de Figueiredo Noronha Pinto	2017	07	Currículo (54) Educação infantil (64)
14	O lugar da formação de professores de Educação Infantil em cursos de pedagogia: formação menor para o trabalho com crianças pequenas?	Marineide de Oliveira Gomes	2017	08	Currículo (45) Educação infantil (82)
15	A BNCC e a Educação Infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem	Maria Renata Alonso Mota	2019	07	Currículo (62) Educação Infantil (86)
16	Formação de professores e sentidos de docência em currículo de Pedagogia	Bruna Nunes de Senna Dias	2019	08	Currículo (29) Educação Infantil (7)
17	O Currículo e o tempo de aprender: aproximações necessárias para pensar a alfabetização nacional	Bonnie Axer Rosalva de Cássia Rita Drummond	2019	12	Currículo (130) Educação Infantil (12)
18	Os entrelugares de uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental: Currículos de resistência cotidiana	Tamili Mardegan da Silva Leticia Regina Silva e Souza	2019	12	Currículo (65) Educação Infantil (18)
19	Significações de currículo nos textos políticos destinados à Educação Infantil	Catia Cirlene Gomes de Oliveira	2019	12	Currículo (131) Educação Infantil (49)
20	PNLD 2022 e a sua relação com um currículo antirracista na Educação Infantil	Luana Maris Borri Josiane Neves da Silva Sant Anna Rosânia Campos	2021	07	Currículo (13) Educação Infantil (13)
21	Práticas Democráticas: uma Intencionalidade na Educação Infantil da Rede Municipal Paulistana	Fabiana Oliveira Canaveira Maria Carmen Silveira Barbosa	2021	07	Currículo (3) Educação Infantil (33)

22	Linhas Costumeiras e Linhas de Errância: quando a negritude dos bebês invade a creche	Loani Cristina Buzo Pontes Natália Lopes dos Santos	2021	07	Currículo (25) Educação Infantil (20)
23	As temporalidades da infância que habitam o território currículo-escola da Educação Infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outro	Vanessa Galindo Alves de Melo Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles	2021	07	Currículo (32) Educação Infantil (11)
24	Currículo da Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: um estudo de caso do Município de Nova Iguaçu/RJ	Rejane Peres Neto Costa Anelise Monteiro do Nascimento	2021	07	Currículo (52) Educação Infantil (23)
25	A produção das culturas infantis sob uma perspectiva interseccional em uma creche litorânea	Vivian Colella Esteves	2021	07	Currículo (3) Educação Infantil (30)
26	A Educação Infantil nos cursos de Pedagogia dos Institutos Federais	Bárbara Ferreira Matias Bianchi Karina de Fátima Giesen	2021	07	Currículo (12) Educação Infantil (38)
27	Um currículo em dois tempos: reflexões sobre a transição Educação Infantil/Ensino Fundamental no contexto da pandemia	Maria Carolina da Silva Caldeira	2021	12	Currículo (48) Educação Infantil (9)
28	Infância e Currículo	Sammy Willian Lopes	2021	12	Currículo (35) Educação Infantil (8)
29	Dimensões neoliberais e subjetividade no discurso dos novos currículos Paulistas	Silvia Miguel de Paula Peres	2021	12	Currículo (41) Educação Infantil (3)

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A segunda coluna do Quadro relaciona os títulos e já a partir deles é possível ter uma ideia das temáticas que transversalizam a discussão sobre o currículo na/da Educação Infantil. Na terceira coluna constam os autores dos trabalhos, sendo possível verificar que raramente eles se repetem, o que sugere que há uma construção teórica coletiva e abrangente sobre o currículo na/da primeira etapa da Educação Básica. Na quarta e quinta coluna, respectivamente, indica-se o ano e o GT de publicação dos trabalhos, sendo esses dados sistematizados no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos publicados por ano e GT na ANPED



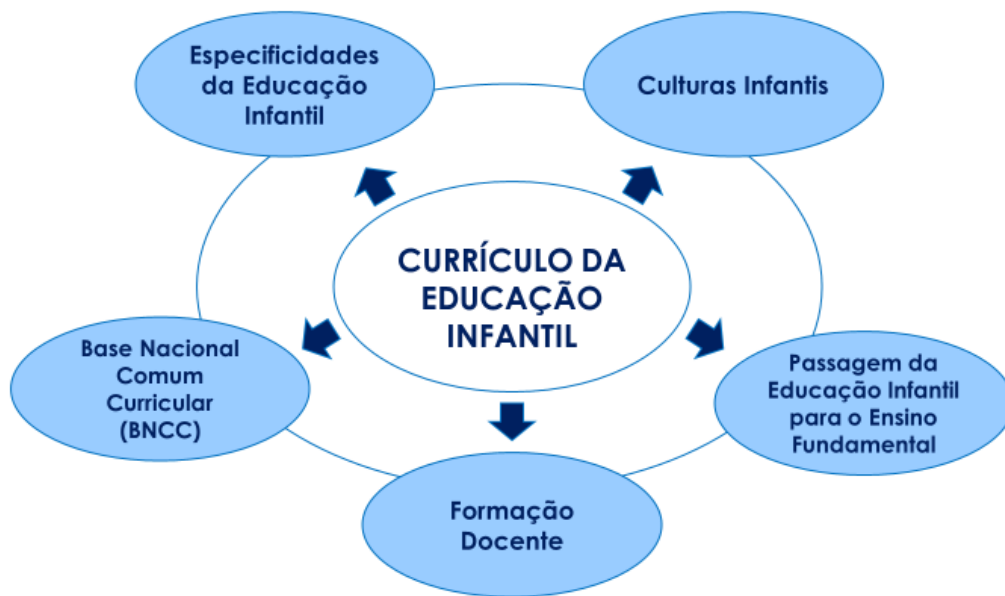
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Por meio do Gráfico 1 e do Quadro 2, é possível observar um número maior de trabalhos publicados sobre a temática nos anos de 2009, bem como nos anos de 2019 e 2021, demonstrando uma ampliação da discussão sobre o currículo na/da Educação Infantil nesses períodos. É importante mencionar que são períodos em que ocorreram movimentos de reestruturação curricular significativos em nível nacional, visto que em 2009 ocorreu a homologação das DCNEIs e, em 2019, tivemos as reverberações das discussões pós-aprovação da BNCC e, em 2021, ampliação das discussões sobre a BNCC e os reflexos da pandemia da Covid-19.

Ao observarmos o número de trabalhos por GT, que tratam da relação entre currículo e Educação Infantil, dentre os 29 selecionados, foi constatado que: o GT08 (Formação de Professores) totalizou apenas 3 trabalhos; o GT12 (Currículo) contabilizou 9 trabalhos; e o GT07 (Educação com crianças de 0 a 6 anos) contém a maior quantidade: 17 trabalhos. Por fim, a última coluna do Quadro 2 mostra a incidência dos descritores em cada artigo, demonstrando a presença da discussão sobre o currículo no contexto da Educação Infantil.

Nesses primeiros contatos com o material de análise, nosso olhar tomou como referência a questão: Quais as discussões sobre currículo na/da Educação Infantil estão presentes nas produções estudadas? Assim, alinhando-a ao objetivo de compreender quais as “presenças” no debate curricular da Educação Infantil, emergiram cinco categorias de análise (Figura 1).

Figura 1 – Categorias elencadas da análise dos trabalhos selecionados



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Tais presenças, configuradas nas categorias destacadas, passaram a circular e se entrecruzar, orientando nossas análises que são apresentadas sem ordem de maior ou menor importância ou de valores atribuídos a cada uma delas.

O debate curricular no contexto da Educação Infantil: o que nos mostram os artigos selecionados

A especificidade da Educação Infantil como identitária da primeira etapa da Educação Básica apareceu em praticamente todos os artigos analisados, mostrando um esforço dos pesquisadores em reafirmá-la, caracterizando, dessa forma, um currículo específico para a Educação Infantil. Além disso, a presença de diversos pesquisadores com diferentes fundamentos teóricos também se constitui como processo identitário, democrático e emancipatório, que procura contrapor-se ao ideário de homogeneização da infância conforme se observa em orientações de organismos multilaterais. Essas forças políticas são intituladas por Canavieira (2012) de “caos calmo”.

Em seu artigo, Oliveira (2019) buscou analisar as significações de currículos que foram homogeneizadas e fixadas em determinados momentos históricos, sob determinados embates e articulações políticas a partir da legislação para a Educação Infantil. Oliveira (2019) traz para o centro da

discussão a ação política de produzir currículos, sendo que a significação do currículo na/da Educação Infantil é marcada fortemente pela forma como ocorreu a sua constituição histórica.

A Educação Infantil por muito tempo esteve sustentada pelo assistencialismo ou pela preparação para a etapa seguinte de escolaridade e fixou certos padrões curriculares que desconsideravam a infância em suas especificidades. No entanto, tais currículos passaram a ser problematizados à medida em que discussões importantes em torno das especificidades da criança de zero a cinco anos foram se consolidando nas documentações legais. Assim, segundo Oliveira (2019), a partir dos anos de 1980 começam a surgir “currículos que se antagonizam às práticas até então hegemônicas no cotidiano da Educação Infantil” (Oliveira, 2019, p. 3).

Muitos resquícios desses padrões curriculares fixados historicamente para a Educação Infantil ainda são encontrados. Maia (2017) investiga os currículos organizados por datas comemorativas. A autora problematiza o espaço que as datas comemorativas ainda têm nos currículos na/da Educação Infantil em contraponto faz a defesa de um currículo que atenda às necessidades das crianças em suas especificidades. Defende que o conhecimento aprofundado das DCNEIs poderia auxiliar os professores na problematização deste tipo de organização curricular.

Lopes (2021, p. 02) contribui com o debate quando afirma que “[...] a ideia clássica de currículo, que se apresenta nos moldes formais do ensino fundamental, não atende as especificidades da educação infantil”, isto porque, segundo a autora, o currículo é traçado “[...] para criar as condições de possibilidade ao acontecimento e exploração educadora da experiência da infância, destacadamente, a partir e por meio do artifício da brincadeira livre” (Lopes, 2021, p. 04).

O artigo de Silva (2011) traz um alerta importante sobre a caminhada em direção ao reconhecimento das especificidades da Educação Infantil quando, ao aproximar os conceitos de infância e cidadania, revela que na medida em que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (documento curricular por ela analisado) vai defendendo uma infância mais autônoma e independente, as especificidades da infância vão tendo menos recorrência no texto, o que

sugere que esse conceito passou por momentos de disputas e, por vezes, esteve enfraquecido nessa caminhada.

Já o artigo de Melo e Salles (2021) reafirma as especificidades da Educação Infantil a partir do reconhecimento da centralidade da criança no processo educativo pedagógico, ou seja, um currículo que hospede as crianças, suas infâncias e suas linguagens e que apontem novas formas de se viver coletivamente. Segundo as autoras, a escola é “espaçotempo” para:

[...] brincar, criar, imaginar, perguntar, desenhar, pintar. Currículos forjados no movimento de vida das próprias crianças, a partir do gesto da escuta, de composições que possibilitam a existência de currículos-outros que emergem da própria infância, nos seus devires. Currículos inventivos, divertidos e brincalhões e que operam a partir do gesto de acolher ao estrangeiro. Um Currículo Hospitaleiro? Talvez. Que hospede a infância, sua língua, sua questão (Melo; Salles, 2021, p. 5).

Melo e Salles (2021) propõem o currículo como composição e rede de conversações, que se desloca juntamente com a infância e aponta para novas possibilidades de se viver, possibilitando pensar outros modos de fazer/invencionar o currículo na/da Educação Infantil. Sob essa ótica, a Educação Infantil vem construindo sua identidade e reconhecendo suas especificidades pelo viés do direito da criança, abrindo espaço para reflexões sobre o reconhecimento das especificidades da Educação Infantil por meio, principalmente, da ausculta das culturas infantis.

Pensar as culturas infantis a partir das especificidades das infâncias requer olhar para o currículo como uma construção social capaz de expressar a potencialidade das crianças e suas infâncias. Wiggers (2009) afirma que o currículo para a Educação Infantil necessita pensar a criança imersa na cultura, e, por meio dela, ensinar conceitos, concepções e funções que constituem o conhecimento historicamente produzido, para que, com ele, a criança também produza cultura. Assim, a autora concebe currículo como uma construção social feita de opções culturais.

Canavieira e Barbosa (2021) problematizam as práticas democráticas vivenciadas no cotidiano da Educação Infantil nas instituições paulistanas e, com base nos estudos da Sociologia da Infância, afirmam:

[...] têm sido fundamental traçar ponderações acerca da dialética entre os direitos de proteção x participação das crianças, visando ampliar as concepções de participação infantil à ideia de ação política das crianças, como expansão da visão institucionalizada e até domesticada da participação infantil, controlada pela perspectiva das adultas/os e não como cidadania infantil, autogestão e auto-organização coletivas das crianças que extrapolem o ambiente escolar (Canavieira; Barbosa, 2021 p. 03).

Martins Filho e Martins Filho (2009, p.1) destacam a importância de combater o adultocentrismo, propondo uma metodologia que propicie aos adultos a escuta das crianças, desenvolvendo a ideia “do como fazer para as crianças, para o como fazer com as crianças, ou ainda, investigar o como fazer das crianças” (Martins Filho; Martins Filho, 2009, p. 3). Revelam, a partir das falas das crianças, que a formação humana, intelectual e cultural acontece por meio das relações sociais estabelecidas e está fortemente determinada por agentes externos, necessitando de uma mudança de postura dos adultos com relação às crianças.

Corroborando a ideia da desconstrução adultocêntrica na Educação Infantil, Maldonado (2011) enfatiza que o tempo e a rotina são elementos importantes para o debate curricular. A autora pontua o tempo como algo incerto, com possibilidade de ramificações de “tempos”. O tempo da rotina e o tempo do ritmo. *Aion* e *Cronos*. A autora faz-nos refletir sobre a institucionalização da Educação Infantil e sua rotina geralmente inflexível, normalmente definida pelos adultos.

Lyrio (2010) problematiza os currículos por projetos na Educação Infantil que se apresentam engessados e hierarquizados, ressaltando que a forma como essa proposta é estruturada também pode se constituir em uma ação adultocêntrica. No entanto, mesmo que a proposta curricular seja pensada de maneira verticalizada, Lyrio (2010) demonstra que é no cotidiano com as crianças que as culturas infantis vão se estabelecendo e dando vida para um currículo brincante. Um currículo pautado nas conversas com as crianças e na potência das constantes negociações e burlas que vão se instituindo. E são nesses arranjos que as culturas infantis vão se configurando, contrapondo ações pensadas e estabelecidas em uma visão adultocêntrica, que não reconhece a infância em sua pluralidade e especificidades.

Nessa mesma direção, Esteves (2021, p. 3) afirma que “a pedagogia que não contempla as particularidades e pluralidades das infâncias, tende a engessar a Educação Infantil em práticas escolarizantes, sexistas, racistas, classistas e adultocêntricas, ou seja, uma educação que não considera as diferenças, (re)produzindo desigualdades”. Esteves (2021, p. 3) ainda chama a atenção para “o quanto a organização dos espaços, materiais e tempos, e toda estrutura que organiza a creche, é construída pela lógica adultocêntrica”; porém, ao reconhecer a criança enquanto protagonista, admitindo suas especificidades e considerando seus marcadores sociais, passa a ser entendida como produtora de cultura infantil.

Dentre os marcadores sociais, questões étnico-raciais começam a aparecer no debate, especificamente na reunião nacional de 2021. No trabalho de Pontes e Santos (2021), tais questões aparecem permeadas nos estudos sobre currículo para bebês, temática também pouco abordada nas produções analisadas. As autoras discutem o currículo e a cartografia como instrumento que desvela as “linhas de errância”, os caminhos que os bebês percorrem para transgredir o currículo traçado pelo adulto, que, muitas vezes, apenas reproduz uma identidade racial predefinida por meio da organização dos espaços, da valorização da branquitude em livros, materiais e produções artísticas.

Além disso, Pontes e Santos (2021) reforçam que as “linhas costumeiras” traçam caminhos de invisibilidade das características que identificam os bebês negros e,

[...] ao tornar visíveis esses trajetos e as ideologias no currículo pensado, é possível perceber o quão nossas práticas mais conduzem os bebês à reprodução de práticas colonizadoras, do que de fato a processos criativos capazes de abrir espaço para a diferença e respeitar efetivamente modos de vida outros (Pontes; Santos, 2021, p. 3).

Borri, Sant Anna e Campos (2021) também trazem as discussões étnico-raciais acerca do mito da democracia racial presente no edital de convocação do PNLD-2022. Identificam que os livros didáticos aparecem subordinados a um projeto de sociedade conservadora de direita, articulado com o projeto de Estado neoliberal. Pontuam o mito da democracia racial nos editais dos livros, na tentativa de apaziguar as discussões étnico-raciais e de desigualdade social.

Outra categoria emergente refere-se à passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Os artigos analisados demonstram que tanto nos documentos oficiais, como na prática cotidiana, é importante considerar a criança em todo o processo de sua infância, considerando também os marcadores sociais que as acompanham. Ribeiro (2015, p. 14) ressalta que “[...] na prática, essa transição tem sido marcada por dicotomias que podem ser assim sintetizadas: na Educação Infantil, a criança brinca e, no Ensino Fundamental, ela estuda”. O esforço da autora em assinalar as incoerências que se observam no dia a dia da institucionalização das crianças em processo de transição é legítimo e preocupante.

O artigo de Caldeira (2021) abordou a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental em tempos de pandemia da Covid-19, considerando uma maior preocupação com a inclusão das crianças da Educação Especial nesse processo. O currículo no período da pandemia se materializou em dois tempos, o atendimento presencial e o atendimento remoto emergencial, provocando efeitos nas crianças, no currículo e na docência. Esse alerta da autora nos remete a refletir sobre os direitos das crianças que, alicerçados nos documentos legais vigentes, por vezes, ainda se encontram invisibilizados.

Drummond (2015) discute sobre os direitos da criança à educação, problematizando sobre qual educação estamos falando, colocando a necessidade urgente de construção de propostas curriculares voltadas para o que ela denomina de “entre lugar”, onde o currículo pode ser discutido, reavaliado, disputado e ressignificado.

Axer e Drummond (2019) ressaltam as contradições dos currículos prescritos, como a definição da “idade certa” para alfabetização das crianças, e fazem questão de frisar que o termo é ambíguo, pois, apesar de apontar para a ideia de ciclo de três anos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende a alfabetização até os sete anos, como se este processo não fosse complexo. Tal ambiguidade reflete-se no olhar sobre o currículo para a Educação Infantil, trazendo a preocupação daquilo que já vinha sendo superado sobre a primeira etapa da Educação Básica enquanto fase preparatória para as etapas seguintes.

Apesar desta preocupação, nossas análises indicam um caminho de superação dessa perspectiva, no qual a questão do currículo está situada, principalmente, em meio à preocupação com as especificidades da infância,

tendo como concepção central o binômio “cuidar e educar” de forma indissociável. E nesse caminho que está sendo trilhado, aposta-se na produção de currículos reconstruídos cotidianamente, “menores de resistência” (Silva; Souza, 2019), que se contrapõem aos embates e articulações das políticas hegemônicas. Neste sentido, Canavieira (2012) ressalta que o cenário da política da Educação Infantil tem forte influência dos organismos multilaterais e agências internacionais que visam o baixo investimento e, conseqüentemente, a baixa qualidade educacional.

E isso reflete até na escolha do termo a ser utilizado para se referir a essa passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Silva e Souza (2019), por exemplo, apresentam sua defesa em substituir o termo “transição” por “composição”, visando superar a linearidade de pensar apenas no tempo, na mudança de etapa, e focar mais nos encontros e nas aprendizagens que surgem neste terceiro espaço. Tal substituição sugere currículos “tecidos cotidianamente, os quais produzem aprendizagens e conhecimentos vigorosos, entre o caos e a ordem” (Silva; Souza, 2019, p. 1).

Nossas análises também apontam que a questão da formação docente, tanto a inicial quanto a continuada, é, em sua origem, atravessada por essas influências que são denunciadoras das intenções e do percurso alternativo, muitas vezes aligeirados ou demarcados por forças que atravessam a profissionalidade docente, confrontando com a complexidade curricular para a Educação Infantil.

O artigo de Kiehn (2009), por exemplo, pontua que nos cursos de Pedagogia, a formação para professores da Educação Infantil se encontra secundarizada; não se configurando como prioridade. Dez anos depois, os estudos de Dias (2019) corroboram essa crítica, destacando que o curso de Pedagogia tem uma identidade que se expressa por meio de uma concepção genérica de docência que invisibiliza a figura do professor como profissional. Esse cenário caracteriza-se, afirma Gomes (2017), como uma “formação menor” ou uma “formação reduzida” que não atende as especificidades da Educação Infantil nos currículos das instituições superiores.

Gomes (2017) ainda registra a fragilidade da formação inicial docente ao não contemplar nos documentos dos cursos de formação termos como “campos de conhecimento/experiência na Educação Infantil” como saberes válidos que

atravessam a organização curricular para a Educação Infantil. Do mesmo modo, Bianchi e Giesen (2021) também tematizam a formação inicial nos cursos de Pedagogia dos Institutos Federais (IFs), problematizando os poucos professores formados em Pedagogia e com poucas disciplinas eletivas que evidenciam em seus títulos tratar da educação de crianças pequenas e bem pequenas.

Assim também se materializa o alerta para a formação continuada que, muitas vezes, se apresenta alinhada ao “mercado educacional”, desenvolvendo estratégias de ações vinculadas a interesses mercadológicos, com o intuito de sinalizar “ações engessadas”, que constroem o currículo para a Educação Infantil e, conseqüentemente, inviabilizam o exercício de ser professor e professora em suas funções específicas.

A formação continuada tem sido marcada pela falta de investimento ou até mesmo ausência, principalmente em regiões rurais, conforme alertam Hage e Feldmann (2015), que denunciam a falta de investimento relacionado à educação do campo e pontuam os grandes desafios com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Educação Infantil, o que reflete diretamente no trabalho desenvolvido cotidianamente.

Segundo Hage e Feldmann (2015), a ausência de condições impede que este profissional tenha postura e metodologia condizente ao nível de ensino, banalizando e desvalorizando a profissão por causa da formação, descaracterizando o processo qualitativo e acentuando a separação entre teoria e prática. Afinal, é por esse caminho que o currículo na/da Educação Infantil é problematizado e significado, ou engessado e direcionado para objetivos mercadológicos. Isso só reforça o que Bujes (2009, p. 14) dizia em seu artigo:

É, sobretudo, este “enquadramento” que passa a estabelecer as bases para a formação docente. Ele não apenas fornece o arsenal de conhecimento científico que se torna necessário dominar, mas estabelece, também, uma intencionalidade programática a seguir.

Portanto, os artigos analisados sinalizam o quanto a formação inicial e a formação continuada ainda estão alinhadas com um currículo hegemônico. E, nessa direção, os trabalhos alertam para a defesa de um currículo aberto, amplo, que ultrapasse ideias restritas e prescritas.

Sinalizamos uma última categoria que contempla a preocupação com o fechamento e controle que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem assumindo enquanto documento obrigatório para a área e que vai integrar uma discussão mais recente no debate curricular sobre a Educação Infantil. Observamos que essa preocupação se instaura, inicialmente, no âmbito da regulação curricular e, conseqüentemente, da regulação docente.

Sob essa ótica, Pinto (2017) recorre à ideia de que as escolas são espaços de multirregulação, nas quais as regras e as normas que garantem o seu funcionamento institucional são resultados de diversas negociações e estratégias entre as esferas de controle advindas das ações verticais do Estado e da busca por autonomia que orienta os docentes em exercício.

Nessa direção, o artigo de Mota (2019) aponta para uma forte imbricação da BNCC com a racionalidade neoliberal, que opera no controle do currículo e das formas de exercer a docência nessa primeira etapa da Educação Básica. Nota-se no processo de definição da BNCC “um aligeiramento no detalhamento das discussões acerca das concepções de Educação Infantil, desenvolvimento e aprendizagem” (Mota, 2019, p. 2), com a diminuição significativa do número de páginas da segunda para a terceira versão da BNCC referente a etapa da Educação Infantil. Com isso, discussões importantes relacionadas às especificidades dos bebês, ao respeito às diferenças, à articulação da BNCC com a DCNEI, dentre outras, foram suprimidas. Essas supressões devem ser vistas “como uma mudança política e conceitual nas concepções que embasam a etapa da Educação Infantil, e entram em contradição com as DCNEI” (Mota, 2019, p. 3).

Em seu artigo, Mota (2019, p. 4) busca “contribuir para que possamos visibilizar caminhos alternativos, pequenas brechas, resistências frente ao que nos é apresentado” com a BNCC apresentando duas alternativas: reafirmar as DCNEI numa perspectiva de continuidade na construção de concepções para a área; e afirmar os campos de experiência que são mencionados na BNCC, mas que não são aprofundados. Entender os campos de experiência como ponto de ancoragem, segundo Mota (2019, p. 5), “pode contribuir para reflexões que abram espaço para a produção de currículos para a educação da infância, com foco na criança do presente”.

A preocupação de Oliveira (2019) com a BNCC refere-se à descontinuidade na produção da política curricular brasileira. Ao analisar as significações de currículos que foram homogeneizadas e fixadas em determinados momentos históricos, ressalta que a homologação da BNCC fixa a ideia de currículo prescritivo, “antagonizando-se à política curricular vigente até então, que concebia a ideia de currículos produzidos localmente” (Oliveira, 2019, p. 5) e alerta para a atual significação dada ao currículo da Educação Infantil que reforça um caráter prescritivo e hegemônico para a área.

Ao pesquisarem sobre como aconteceu este processo no município de Nova Iguaçu, Costa e Nascimento (2021, p. 3) ressaltam que “o prazo apertado para o término do documento não permitiu a promoção de discussões mais aprofundadas, o que tornou o processo aligeirado e mecanizado”. Além disso, informam que “em nenhuma reunião que acompanhamos foi realizado qualquer debate sobre as questões pertinentes a uma política curricular ou o que a Base poderia representar para os currículos municipais” (Costa; Nascimento, 2021, p. 3). Portanto, revelam que a reformulação dos currículos se tornou um processo burocrático para o atendimento de uma demanda legal imposta e que gera preocupação com as futuras práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Da mesma forma, Peres (2021) problematiza o conceito de competência instaurado por meio da BNCC nos novos currículos paulistas. Segundo ela, “ao se deslocar o eixo da palavra “conhecimento” para a palavra “competência”, altera-se o sentido do que se entende por “aprendizagem” (Peres, 2021, p. 2). Assim, “trata-se de uma alteração epistemológica significativa, que evidencia a articulação simbólica neoliberal presente na linguagem dos currículos” (Peres, 2021, p. 2). Isto porque a autora compreende o currículo como um dispositivo que propicia a constituição de subjetividades e capacidades humanas tidas como “mais preparadas” para os interesses neoliberais e que vão sendo materializadas por uma lógica de padronização de métodos e conteúdos ao longo do percurso escolar.

As seis categorias aqui apresentadas evidenciaram a especificidade da Educação Infantil, as culturas infantis, a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a formação docente e a Base Nacional Comum Curricular como as discussões mais evidentes a partir do debate curricular nas reuniões

nacionais da ANPED, descortinando problemáticas articuladas nos discursos curriculares para a Educação Infantil.

Considerações finais

A análise dos 29 trabalhos encontrados no GT07, no GT08 e no GT12 das Reuniões Nacionais da ANPED, realizadas entre 2019 e 2021, mostrou que, primeiramente, o debate sobre o currículo aparece de forma mais tímida no contexto da Educação Infantil. No entanto, nos últimos anos, o debate tem ganhado maiores proporções e levantado novas problematizações.

Podemos dizer que existe uma discussão sendo construída na área que tende à superação da compreensão de currículo como sendo uma grade de matérias ou disciplinas, um plano de instrução, ou apenas um documento prescritivo, indicando alternativas para a construção de propostas que considerem as práticas instituídas e reconstruídas no cotidiano educativo, dando visibilidade e identidade própria para a Educação Infantil.

Também nos atentamos à existência de alguns debates ocultados e/ou silenciados e que, de modo geral, permanecem sendo invisibilizados nas pesquisas sobre o currículo da e na Educação Infantil, como: a formação continuada para Educação Infantil; as especificidades que caracterizam a docência para a Educação Infantil em sua estrutura teórica e metodológica; as questões relacionadas à sexualidade e ao corpo; além das questões sobre diversidade e educação especial nas discussões curriculares.

Essas temáticas transversalizam a ideia de currículo apresentada nos documentos legais e necessitam ser problematizadas/estudadas com profundidade para que de fato o currículo na/da Educação Infantil seja impulsionado por políticas públicas articuladas com as especificidades que alimentam as condições de ser professor e professora da Educação Infantil.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a invisibilidade das crianças de zero a três anos nos currículos conforme denunciam alguns artigos. Sabemos que ainda é um desafio ampliar a visão predominante do cuidado nesta faixa etária, entendendo o cuidado enquanto ação educativa, porém, a revelação dessa fragilidade nas pesquisas instiga o questionamento: como podemos dizer que pesquisamos a Educação Infantil se uma das faixas etárias mais representativas desta infância fica fora do debate?

Ao encerrar a pesquisa, percebemos a importância do levantamento de trabalhos sobre a temática para dar visibilidade ao delineamento do conhecimento produzido, as conclusões alcançadas, as lacunas abertas e, por que não dizer, as ausências no debate sobre currículo na/da Educação Infantil. Ausência que não significa inexistência (do tema, do problema ou da situação), mas uma “não presença” de algo que ainda está oculto para os olhos de quem vê. A partir dessa reflexão, apresentamos a necessidade e o convite para que tais debates sirvam como indicativos para futuras pesquisas, e que estas possam escancarar/desocultar conhecimentos que contribuam para um currículo para a Educação Infantil mais humanizado e plural.

Referências

ANDRÉ, Marli E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: Um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos de 1990 e 2000. **Formação Docente** – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41–56, 2009. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/4>. Acesso em: 19 out. 2023.

AXER, Bonnie; DRUMMOND, Rosalva de Cássia Rita. O Currículo e o tempo de aprender: aproximações necessárias para pensar a alfabetização nacional. *In: 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Niterói/RJ, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171565396-Curriculo-e-o-tempo-de-aprender-aproximacoes-necessarias-para-pensar-a-alfabetizacao-nacional.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BIANCH, Bárbara Ferreira Matias; GIESEN, Karina de Fátima. A Educação Infantil nos cursos de Pedagogia dos Institutos Federais. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021.

BORRI, Luana Maris; SANT’ANNA, Josiane Neves da Silva; CAMPOS, Rosânia. PNL2022 e a sua relação com um currículo antirracista na educação infantil. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_24_23. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 20/2009**, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, 09 dez. 2009b. Seção 1, p. 14. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Educação de crianças, docência e processos de subjetivação. *In: 32ª reunião anual da ANPED*. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/qt07-5589-int.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Um currículo em dois tempos: reflexões sobre a transição Educação Infantil/Ensino Fundamental no contexto da pandemia. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_27. Acesso em: 15 jul. 2022.

CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira e BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas democráticas: uma intencionalidade na Educação Infantil da rede municipal paulistana. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_47_21. Acesso em: 15 jul. 2022.

CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira. Caos calmo”: (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira. *In: 36ª Reunião Nacional da ANPED em Porto de Galinhas/PE*, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/qt07-2512_int.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade dos profissionais de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1996.

COSTA, Rejane Peres Neto e NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. Currículo da Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: um estudo de caso do município de Nova Iguaçu/RJ. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22&page=1. Acesso em: 15 jul. 2022.

DIAS, Bruna Nunes de Senna. Formação de professores e sentidos de docência em currículo de Pedagogia. *In: 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Niterói/RJ, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_0 Acesso em: 14 jul. 2022.

DRUMMOND, Rosalva de Cássia Rita. Escolarização, Infância e Direito: Corte etário como questão para o currículo? *In: 37ª reunião anual da ANPED*. Florianópolis/SC, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT12-4131.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ESTEVES, Vivian Colella. A produção das culturas infantis sob uma perspectiva interseccional em uma creche litorânea. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_14. Acesso em: 15 jul.

2022.

GOMES, Marineide de Oliveira. O lugar da formação de professores de Educação Infantil em cursos de pedagogia: formação menor para o trabalho com crianças pequenas? *In: 38ª reunião anual da ANPED*. São Luís/MA, 2017. Disponível em: : <https://anais.anped.org.br/38reuniao/trabalhos/o-lugar-da-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-de-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-em-cursos-de-pedagogia> . Acesso em: 13 jul. 2022.

HAGE, Maria do Socorro Castro; FELDMANN, Marina Graziela. Histórias e memórias docentes na Amazônia paraense: o cenário da formação do professor de Educação Infantil. *In: 37ª reunião anual da ANPED em Florianópolis/SC*, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT08-3835.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2022.

KIEHN, Moema de Albuquerque. Educação da pequena infância: um olhar sobre a formação docente. *In: 32ª reunião anual da ANPED*. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt07-5711-int.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2022.

KRAMER, Sonia. Na gestão da educação infantil, concepções e distorções. *In: KRAMER, Sonia (Org). Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005. p.87-129.

KUHLMANN Jr. Moisés. Educação Infantil e currículo. *In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (Orgs). Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios*. Campinas: Autores associados, 2001. p. 51-65.

LOPES, Sammy William. Infância e Currículo. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=36&page=1 . Acesso em: 15 jul. 2022.

LYRIO, Kelen Antunes. O currículo por projetos na educação infantil: sobre as negociações, traduções e burlas. *In: 33ª reunião nacional da ANPED*. Caxambu/MG, 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jJMkjZGYOBkJ:bvssite.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php%3Fid%3D372&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 10 jul. 2022.

MALDONADO, Maritza Maciel Castrillon. A rotina do currículo na educação infantil. E a potência do ritmo? *In: 34ª reunião nacional da ANPED*. Natal/RN, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT12/GT12-757%20int.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2022.

MAIA, Marta Nidia Varella Gomes. Datas comemorativas- uma construção ideológica que persiste na Educação Infantil. *In: 38ª reunião anual da ANPED*. São Luís/MA, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_G

[T07_25.pdf](#). Acesso em: 13 jul. 2022.

MARTINS FILHO, Altino José; MARTINS FILHO, Lourival José. Relações sociais e Educação Infantil: percursos, conceitos e relações de adultos e crianças. *In: 32ª reunião anual da ANPED*. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-5652-int.pdf> .Acesso em: 10 jul. 2022.

MELO, Vanessa Galindo Alves de; SALLES, Conceição Gislane Nóbrega Lima de. As temporalidades da infância que habitam o território currículo-escola da Educação Infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outras. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22&page=1 .Acesso em: 15 jul. 2022.

MOTA, Maria Renata Alonso. A BNCC e a Educação Infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem. *In: 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Niterói/RJ, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5628-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 13 jul. 2022.

OLIVEIRA, Catia Cirlene Gomes de. Significações de currículo nos textos políticos destinados à Educação Infantil. *In: 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Niterói/RJ, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4753-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 13 jul. 2022.

PERES, Sílvia Miguel de Paula. Dimensões neoliberais e subjetividade no discurso dos novos Currículos Paulistas. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=36&page=1 .Acesso em: 15 jul. 2022.

PINTO, Márcia de Figueiredo Noronha. Regulação da política pública de Educação Infantil em Belo Horizonte: reflexões sobre a proposta curricular. *In: 38ª Reunião Nacional da ANPED*. São Luís/MA, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT07_1010.pdf Acesso em: 13 jul. 2022.

PONTES, Loani Cristina Buzo; SANTOS, Natália Lopes dos. LINHAS Costumeiras e linhas de errância: quando a negritude dos bebês invade a creche. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPED*. Belém/PA, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_11_21 . Acesso em: 15 jul. 2022.

RIBEIRO, Edinéia Castilho. Proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da educação infantil ao ensino fundamental. *In: 37ª reunião anual da ANPED*. Florianópolis/SC, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4147.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Isabel Cristina de Andrade Lima e. Educação infantil, infância e cidadania. *In: 34ª reunião nacional da ANPED*. Natal/RN, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT07/GT07-1097%20int.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, Tamili Mardegan da; SOUZA, Leticia Regina Silva e. Os entrelugares de uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental: Currículos de resistência cotidiana. *In: 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Niterói/RJ, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=36 Acesso em: 13 jul. 2022.

WIGGERS, Verena. Aportes teóricos e metodológicos que subsidiam as orientações curriculares na Educação Infantil. *In: 32ª reunião anual da ANPED*. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/aportes-teoricos-e-metodologicos-que-subsidiam-as-orientacoes-curriculares-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Recebido em: 23/10/2023.
Aceito em: 02/07/2024.

Kênia Kristina Furtado

Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com período sanduíche na Universidade do Minho – Portugal (Bolsa PDSE/CAPES), integrante do grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - NAPE e Professora da Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

✉ keniakfurtado@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/7770456270826214>

 <https://orcid.org/0000-0001-9539-0635>

Anésia Maria Martins Furtado

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), integrante do grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - NAPE e Professora efetiva da Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

✉ furtadoanesia@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/5945477824746619>

 <https://orcid.org/0000-0001-9622-4532>

Sara Duarte Souto-Maior

Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com período sanduíche na Universidade do Minho - Portugal, integrante do grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - NAPE e Professora efetiva da Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

✉ saradsm@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/1132004577403467>

 <https://orcid.org/0000-0002-4802-0866>

Alba Regina Battisti de Souza

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Doutora em Engenharia de Produção com Pós-doutorado em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Didática e Formação Docente - CNPq/NAPE e representante da Região Sul da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ANDIPE).

✉ alba.faed@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/3119208861422902>

 <https://orcid.org/0000-0002-1361-2626>